

Rio é o lanterna do Bolsa Família

Tradicional reduto eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o estado do Rio segura a lanterna entre as 27 unidades da Federação que recebem transferências públicas do governo federal. O cidadão fluminense recebeu na média mensal, em 2008, pouco mais de R\$ 6 de programas como o

Bolsa Família. Comparado com São Paulo e Distrito Federal, dois dos primeiros no ranking, o Rio recebe menos que a metade desses (respectivamente, R\$ 16,73 e R\$ 17,83). Na análise por municípios, a distorção é um pouco menor: o Rio ocupa a 26ª colocação. **Tema do dia A2 e A3**

Na lanterna do Bolsa Família

Em 2008, estado do Rio de Janeiro foi o que menos recebeu verbas de programas de transferências públicas do Governo Federal. Brasília lidera

Raphael Zarko

Tradicional reduto eleitoral do presidente Lula – no segundo turno das eleições de 2006, quase 70% dos votos foram para Lula contra Alckmin – o estado do Rio de Janeiro é o lanterna entre as 27 unidades da Federação que recebem transferências públicas do Governo Federal – o que inclui o Bolsa Família. O cidadão fluminense recebeu na média mensal, em 2008, pouco mais de R\$ 6 de programas como o Bolsa Família, conclui o O atlas do bolso dos brasileiros, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

De acordo com o estudo, o estado do Rio recebe menos que a metade de São Paulo e Distrito Federal (respectivamente, R\$ 16,73 e R\$17,83), que estão no topo dos que recebem o benefício do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na comparação com o ano anterior ao da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), o estado ainda caiu uma posição. Da

renda total do RJ, apenas 0,79% são oriundos da categoria Transferências Públicas – ou Bolsa Família. O estudo coordenado pelo economista Marcelo Neri, (CPS-FGV) também separou periferias das nove maiores cidades brasileiras de suas capitais, totalizando 36 unidades no país. A cidade do Rio de Janeiro recebe em média por pessoa R\$ 8,68, valor superior aos R\$ 3,74 da periferia fluminense, que é a última no ranking. O município do Rio ocupa a 26ª colocação, dez à frente da zona periférica analisada pelo estudo.

– Talvez isso se explique pelo fato da população do RJ ser proporcionalmente a mais idosa do país. Mas talvez por um certo problema de gestão, de cadastro, que me parece um pouco bagunçado. É um dinheiro que os pobres do Rio têm que receber. Já estudamos que temos cidades com 44% de taxa de pobreza no estado – diz o economista. Segundo cálculos da

equipe do CPS da FGV em cima da Pnad, o estado tem pouco mais de 10% abaixo da linha da pobreza (classe E), de pessoas que ganham em média até R\$ 804, por mês.

O estado brasileiro com menor renda mensal de todas as fontes, o Amapá, foi também o que teve o maior aumento de recebimento de transferências públicas entre 2003 e 2008: 17.442,86% – em valores R\$ 12,28. Outros três estados da Região Norte completam o quadro dos que tiveram maiores saltos de transferências do Governo Federal: Amazonas (661%), Maranhão (540%), Rondônia (408%) e o único nordestino, Alagoas (352%) nos últimos cinco anos.

Na outra ponta, entre os cinco estados que menos recebem renda de transferências governamentais no período de 2003 a 2008: Rio Grande do Sul, com 51,51%; Espírito Santo, 35,97%; Minas Gerais, 77,61%; Acre, 32,45% e Roraima, 96,38%.

Rio "Velho"

Na composição da renda do Rio de Janeiro, destaca-se a participação expressiva de ganhos com Previdência acima do valor do salário mínimo, com 25,35%. Trata-se do único ranking que o estado lidera entre os diferentes tipos de renda. A participação é ainda maior se contarmos apenas com o município (27,22%), também no topo da comparação com outras capitais e periferias do país. A zona periférica fluminense também está bem colocada, com a 4ª colocação e 21,78% de sua renda advinda do piso da Previdência acima do salário mínimo. Para Marcelo Neri, essa proporção se explica pelo fato de o estado ter o maior percentual de idosos dentro de seu estado no país. São mais de 2 milhões, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad/2008), que vi-

vem no Rio de Janeiro.

– Somos um ex-Distrito Federal, com altas pensões e aposentadorias. Temos um pouco a imagem do Rio como uma Flórida brasileira, de gente jovem e bronzeadada, na praia, mas reflete um pouco a população de Copabana, em sua grande maioria de idosos, do lado da praia e bronzeados também – diz Neri, que também não descarta um possível “efeito migração de pessoas que querem morar os últimos anos de sua vida no Rio” – Somos uma Velha Brasília.

Por outro lado, quando a renda do piso Previdência tem valor igual a um salário mínimo, o RJ está na 24ª posição na comparação com as outras unidades da Federação, sendo que corresponde a 2,52% da renda do cidadão fluminense por mês. Já a receita de trabalho (apesar de ser 69% na composição total).

Periferias sofreram menos os efeitos da crise internacional

Gabriel Costa

Entre as conclusões apresentadas no estudo *O atlas do bolso dos brasileiros*, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), está a constatação de que a crise financeira internacional atingiu a economia brasileira com um comportamento análogo à ação global, atingindo mais duramente os grandes centros do que as áreas mais afastadas.

“Da mesma forma que esta é uma crise no centro do capitalismo mundial, leia-se países desenvolvidos, e não da chamada periferia, dentro das metrópoles o mesmo vale, as capitais, mais conectadas com o exterior pelas vias das exportações industriais e do crédito, sofreram mais que as periferias”, diz o documento divulgado ontem.

De acordo com o estudo, a soma das classes A, B e C subiu 1,81% no país durante o período de crise e 25,7% na fase anterior à chegada da turbulência, embora o abalo já estivesse presente nos países desenvolvidos desde meados de 2007. Nas periferias – definidas como os municípios que não são capitais das metrópoles –, são observados aumentos das classes A, B e C de 2,8% nos últimos 12 meses e 31,15% no período anterior.

Um exemplo citado pelo estudo da FGV é o desempenho da cidade de São Paulo – considerada o centro dinâmico do capitalismo

brasileiro –, onde a chamada classe ABC teve queda registrada de 0,68% de julho do ano passado a julho deste ano, enquanto na periferia do estado a mesma classe registrou alta de 0,67%.

O estudo ressalta, no entanto, que vai ser difícil ao longo dos próximos dois meses manter o ritmo de crescimento do período julho-setembro no ano passado, quando as classes A, B e C re-

Florianópolis é líder nacional de renda média e participação das classes ABC

gistraram crescimento de 2,4%.

“Um empate de fato em setembro, um ano D.C. (‘depois da crise’), deve ser visto como um resultado ainda mais auspicioso do que o observado até agora”, diz o documento.

Renda

De acordo com os resultados apurados pelo estudo, o líder nacional da renda média, com R\$ 1.249 por mês, e da participação das classes ABC – 92,6% da população – é o município de Florianópolis, Santa Catarina. Curitiba, no Pa-

raná, com 86,49%, aparece como a segunda capital com maior proporção de pessoas na classe ABC (86,5%), seguida por Vitória (80%). O Rio de Janeiro ficou com a sétima posição em participação das classes ABC, com 75,3% da população incluída nessa faixa, e em sexto lugar no ranking de renda média, com R\$ 1.015 por mês. No extremo oposto do espectro estão as periferias de Fortaleza, com 40,08% da “população ABC”, Salvador (42,42%) e Recife (42,89%).

“Quando avaliamos os totais das capitais e periferias em conjunto com os demais tamanhos de cidade, como já podíamos esperar, encontramos na área rural as menores taxas de pessoas nas classes ABC (34,96% contra 68,48% das capitais). Em termos de

Previdência até um salário mínimo é extremamente importante na área rural

avanço no último ano, tanto as capitais quanto as periferias metropolitanas apresentaram crescimento ligeiramente superior ao apresentado pelo país. Apenas as áreas urbanas fora das metrópoles apresentaram crescimento menor que o nível na-

cional”, diz o estudo.

A exemplo da capital Florianópolis, o estado de Santa Catarina também é o que aparece na liderança do ranking ABC, com 82,32% da população nessa faixa de renda. Completam as primeiras posições os demais estados do Sul – Paraná com 79,85% e Rio Grande do Sul com 73,29%. Na outra ponta estão exclusivamente estados nordestinos, com destaque para Maranhão (32,22%), Alagoas (32,25%) e Piauí (36,99%).

Na comparação da participação dos diferentes tipos de renda em cada tipo de cidade, o estudo destaca algumas peculiaridades: a renda do trabalho é relativamente mais importante na periferia, enquanto que a previdência até um salário mínimo é extremamente importante na área rural, onde representa 16,84% das fontes de renda, seguida por outras transferências públicas – programas sociais, com 5,21%. Já as previdências mais altas representam 17,15% da renda das capitais.

A desagregação da participação das fontes de renda entre as cinco regiões brasileiras, de acordo com o documento da FGV, estabelece a seguinte geografia: alta importância do trabalho nas regiões Centro-Oeste (81,43%) e no Norte urbano (82%). As transferências públicas como os programas sociais (3,83%) e aposentadorias mais baixas (9,52%) estão mais presentes no Nordeste.

6,3 reais

é o quanto cada cidadão fluminense recebe em média em programas sociais do governo federal

17,8 reais

é o valor que cada cidadão de Brasília ganha em programas sociais do governo federal



OPINIÃO – Para Marcelo Nerl, Rio vive bagunça de cadastro e de gestão

“

Talvez isso se explique pelo fato da população do RJ ser proporcionalmente a mais idosa ...

“

... mas talvez por um certo problema de gestão, de cadastro, que me parece um pouco bagunçado

“

O Rio tem pouco mais de 10% das pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, ganhando até R\$ 804

Marcelo Neri
Chefe do Centro de Estudos Sociais da FGV

R\$ 3,74

é a média per capita na partilha das verbas federais na periferia do Rio

RANKINGTransferência de renda do
Governo Federal para estados

	2008 (em R\$)	2007/2008 (em %)	2003/2008 (em %)
Distrito Federal	17,83	101,70	145,25
São Paulo	16,73	197,69	281,09
Paraíba	16,41	21,11	185,39
Pernambuco	15,77	32,74	206,21
Roraima	14,65	41,68	96,38
Paraná	14,26	3,41	125,63
Alagoas	13,97	25,18	352,10
Ceará	13,94	8,06	228,00
Piauí	13,75	-6,02	129,17
Rio Grande do Norte	13,47	25,89	268,03
Rondônia	13,28	291,74	408,81
Rio Grande do Sul	13,06	5,92	51,51
Bahia	13,00	-29,58	230,79
Mato Grosso do Sul	12,90	-30,91	163,27
Tocantins	12,64	-9,97	102,56
Goiás	12,36	50,55	174,06
Amapá	12,28	91,58	17.442,86
Minas Gerais	12,06	37,67	77,61
Maranhão	12,05	21,96	540,96
Amazonas	11,96	80,39	661,78
Pará	11,12	8,38	149,89
Santa Catarina	10,25	86,36	114,44
Sergipe	8,81	-11,19	191,72
Mato Grosso	7,97	-26,20	131,01
Acre	7,96	-8,51	32,45
Espírito Santo	7,22	-0,69	35,97
▶ RIO DE JANEIRO	6,29	31,59	162,08

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

